

Atrito em Nova York

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

desde a primeira conversa do ministro Funaro e de Bracher nos Estados Unidos, na semana passada, com o presidente do Fed, Paul Volcker. A conversa foi bastante dura.

Volcker insistiu na necessidade de um acordo com o FMI e fez uma análise crítica dos rumos da política econômica brasileira. Ao final da conversa, depois de ter enfatizado a disposição brasileira e suas possíveis conseqüências, Funaro disse a Volcker que gostaria que ficasse claro que, se a negociação resultasse num impasse com a comunidade financeira internacional, "a responsabilidade será de vocês".

Pouco depois dessa reunião, Funaro recebeu um telefonema de Volcker. A conversa, então, foi menos tensa e girou em torno do encontro que o ministro teria logo depois com De Larosiére.

A conversa com De Larosiére tampouco foi amena, o Fundo procurou enfatizar a necessidade de uma política antiinflacionária mais firme, ou utilizando os instrumentos ortodoxos usuais do FMI, ou pela via da reforma monetária executada recentemente pela Argentina. De Larosiére insistiu muito nos efeitos perversos que o crescimento descontrolado dos salários reais poderia ter sobre a economia brasileira neste ano.

CÂMBIO-SALÁRIOS

Um dos pontos lembrados pelo diretor gerente do Fundo foi que a relação câmbio-salários, um indicador privilegiado do poder de competitividade das exportações, estava sob ameaça de deterioração no Brasil.

Se isto ocorrer de forma acentuada, poderá comprometer a saúde das contas externas. Existem duas maneiras de corrigir esta relação: reajustando mais fortemente o câmbio, ou segurando os salários reais. O Brasil, quando

manteve acordo formal com o Fundo, fez as duas coisas simultaneamente. Hoje, não se pensa em mexer em nenhuma delas.

Outro ponto que De Larosiére deixou claro é que não acredita na viabilidade da projeção brasileira de que o déficit operacional do setor público será contido, neste ano, em 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). O Fundo aposta que o número final não será muito diferente dos 3,7% do PIB registrados no ano passado. Teme, em especial, o rombo que as eleições de novembro podem provocar nas contas dos estados e municípios.

Por trás de todas essas divergências existem duas posições nitidamente definidas. O governo norte-americano e os bancos apostam na derrocada da política econômica brasileira a curto prazo, talvez na virada do primeiro semestre. A inflação dispararia, começaria a afetar as contas externas e obrigaria o Brasil a voltar a trilhar caminhos mais ortodoxos em sua economia.

INFLAÇÃO

O governo brasileiro está preocupado com a inflação, mas acha que conseguirá mantê-la sob razoável controle neste ano, o que quer dizer um nível superior, mas não muito, ao do ano passado. Para isso, está disposto a concentrar esforços nos próximos meses para reverter o choque de preços agrícolas, controlar reajustes industriais e de tarifas e tentar encontrar uma solução aceitável para a questão salarial.

A estratégia dos bancos é procurar manter acordos de curto prazo, sem concessões substantivas, com o Brasil, até que sua posição de barganha seja reforçada. O Brasil quer evitar isso, discutindo, já, ganhos reais. Seja como for, o grande fiel da balança poderá ser a inflação nos próximos meses: se ela acelerar, o poder de barganha brasileiro ficará enfraquecido; se se mantiver sob razoável controle, aumenta a chance de sucesso.